FANESE

Faculdade de
Administração
e Negócios
de Sergipe

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIO DE SERGIPE -
FANESE
CURSO DE DIREITO**

IAGO HENRIQUE LIMA DA ANUNCIAÇÃO

**JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS: SURGIMENTO E ATUAÇÃO COMO PARTE
FUNDAMENTAL NO SISTEMA CRIMINAL DO BRASIL**

**ARACAJU
2024**

A636j

Anunciação, Iago Henrique Lima da

Juizados especiais criminais : surgimento e atuação como parte fundamental no sistema criminal do Brasil / Iago Henrique Lima da Anunciação. - Aracaju, 2024. 18f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe.
Coordenação de Direito.

Orientador(a): Prof. Me. Denival Dias de Souza

1. Direito 2. Juizados especiais criminais 3.
Atuação 4. Justiça criminal | Título

CDU 34 (045)

FANESE

Faculdade de
Administração
e Negócios
de Sergipe

IAGO HENRIQUE LIMA DA ANUNCIÇÃO

**JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS: SURGIMENTO E ATUAÇÃO COMO
PARTE FUNDAMENTAL NO SISTEMA CRIMINAL DO BRASIL.**

Artigo Científico apresentado à Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE,
como requisito parcial e elemento obrigatório para a obtenção do grau bacharel em Direito no
período de 2024.1.

Aprovado com média: **9.0**

Denival Dias de Souza

Prof. Me. Denival Dias de Souza
1º Examinador (Orientador)

Edson Oliveira da Silva

Prof. Dr. Edson Oliveira da Silva
2º Examinador

Generva Almeida Teixeira

Prof. Esp. Generva Almeida Teixeira
3º Examinadora

Aracaju (SE), 25 de maio de 2024

JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS: SURGIMENTO E ATUAÇÃO COMO PARTE FUNDAMENTAL NO SISTEMA CRIMINAL DO BRASIL □

Iago Henrique Lima da Anunciação

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de pesquisa, estudar e compreender os Juizados Especiais Criminais, observando sua influência no sistema de justiça criminal brasileiro e sua contribuição para uma justiça mais célere, eficaz e fundamental. O objetivo geral deste trabalho é estudar as necessidades que impulsionaram o surgimento dos Juizados Especiais Criminais, e a sua atuação com suas propostas inovadoras e transformadora no tratamento de delitos de menor potencial ofensivo. O problema central desta pesquisa visa responder os seguintes questionamentos: Qual o contexto histórico e situação se fez surgir os Juizados Especiais Criminais, e como sua evolução ao longo do tempo moldou as práticas de resolução de conflitos no âmbito penal atual? Para responder esses questionamentos considerou-se a proposta inovadora dos Juizados Especiais Criminais no tratamento de delitos de menor potencial ofensivo, é hipotetizado que esses órgãos judiciais têm um impacto significativo no sistema de justiça criminal brasileiro. Além disso, a evolução dos Juizados ao longo do tempo influenciou positivamente as práticas de resolução de conflitos no âmbito penal, seguindo seus princípios e objetivos. Já os objetivos específicos, em particular, é examinar e esclarecer seu surgimento, fases e seus institutos despenalizadores, que buscam uma justiça mais eficaz, célere e acessível, em contraste com abordagens tradicionais do sistema penal. A metodologia aplicada foi a abordagem qualitativa, descritiva e explicativa, a partir de uma visão sistêmica, com base na utilização de artigos científicos, livros e documentos oficiais. Foi feita uma revisão abrangente da literatura acadêmica existente sobre Juizados Especiais Criminais, abordando seu surgimento, evolução, objetivos e impactos no sistema de justiça criminal. Esta pesquisa é relevante devido à importância dos Juizados Especiais Criminais no contexto do sistema de justiça criminal. Compreender seu surgimento, evolução e impacto é fundamental para avaliar a eficácia desses órgãos judiciais na promoção de uma justiça mais célere, eficaz e fundamental. Ademais, investigar como os Juizados influenciaram as práticas de resolução de conflitos no âmbito penal atual é crucial para identificar os benefícios e desafios desse modelo em relação às abordagens tradicionais do sistema penal. Portanto, esta pesquisa contribuirá para o avanço do conhecimento sobre os Juizados Especiais Criminais e sua relevância no contexto da justiça criminal brasileira. Os resultados desta pesquisa forneceram insights sobre o impacto dos Juizados Especiais Criminais no sistema de justiça criminal do Brasil, em termos de acesso à justiça, celeridade processual e redução da burocracia. Além disso, os resultados permitiram entender como a evolução dos Juizados ao longo do tempo influenciou as práticas de resolução de conflitos no âmbito penal atual.

Palavras-chave: Juizados Especiais Criminais. Justiça Criminal. Atuação. Surgimento. Institutos Despenalizadores.

*Artigo apresentado à banca examinadora do curso de Direito da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe, em junho de 2024, como critério parcial e obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Direito. Orientador: Prof. Me. Denival Dias de Souza.

1 INTRODUÇÃO

O sistema de justiça criminal desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem e na promoção da justiça em qualquer sociedade. No contexto brasileiro, os Juizados Especiais Criminais emergiram como uma abordagem inovadora e transformadora no tratamento de delitos de menor potencial ofensivo, oferecendo um paradigma único de justiça.

O presente artigo tem como objetivo geral estudar as necessidades que impulsionaram o surgimento dos Juizados Especiais Criminais, e a sua atuação com suas propostas inovadoras e transformadora no tratamento de delitos de menor potencial ofensivo. Já os objetivos específicos, em particular, é examinar e esclarecer seu surgimento, fases e seus institutos despenalizadores, que buscam uma justiça mais eficaz, célere e acessível, em contraste com abordagens tradicionais do sistema penal. Como parte essencial dessa análise, considerar-se-á o caráter despenalizador e os mecanismos menos burocráticos e mais informais utilizados pelos Juizados Especiais Criminais na resolução de conflitos.

Os problemas de pesquisa que orientaram este estudo é a ausência de informações claras e diretas para compreender o impacto dos Juizados Especiais Criminais no sistema de justiça criminal do Brasil, com ênfase no acesso à justiça, celeridade processual e seus institutos despenalizadores. Além disso, investigou-se como a evolução ao longo do tempo desses Juizados influenciou as práticas de resolução de conflitos no âmbito penal, moldando as dinâmicas do sistema criminal do país.

A metodologia empregada envolveu a pesquisa de referências bibliográficas em artigos, livros especializados e documentos oficiais. Foi feita uma revisão abrangente da literatura acadêmica existente sobre Juizados Especiais Criminais, abordando seu surgimento, evolução, princípios, objetivos e impactos no sistema de justiça criminal brasileiro.

Observou-se que a criação do Juizado Especial Criminal provocou alterações em diversos aspectos, tanto no que diz respeito à matéria quanto em relação às formalidades. No que concerne ao processo, é viável subdividi-lo em três etapas ou fases: a policial que antecede a entrada do juizado, a preliminar ou conciliatória, e o procedimento sumaríssimo. Além das inovações introduzidas nas fases policial e judiciária, o Juizado Especial Criminal foi responsável por introduzir os institutos despenalizadores, tais como a composição civil do dano à vítima, a suspensão condicional do processo, a não representação e a transação penal, os quais foram abordados nesse projeto. Esse caráter despenalizador é um dos aspectos mais notáveis dos Juizados Especiais Criminais, que se traduz na aplicação de penas alternativas à prisão e na busca pela justiça restaurativa. Os Juizados Especiais Criminais são um exemplo de institutos

que buscam reduzir a ênfase na punição e aumentar a ênfase na reparação e na reintegração do infrator à sociedade. Essa abordagem despenalizadora é uma resposta à necessidade de tratamentos mais proporcionais para delitos de menor gravidade.

2 JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS: SURGIMENTO E FASES

Os Juizados Especiais Criminais surgiram como uma resposta inovadora e transformadora no tratamento de delitos de menor potencial ofensivo no contexto brasileiro. Instituídos pela Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, esses órgãos judiciais representam instâncias específicas encarregadas de resolver questões relacionadas à conciliação, julgamento e execução de infrações penais consideradas de menor gravidade.

A Constituição Federal de 1988 previu explicitamente a criação de órgãos judiciários com autoridade para lidar com processos de “menor gravidade” por meio de um procedimento específico, mais rápido, menos burocrático e, portanto, mais simplificado. Esses processos visam atender às necessidades da sociedade e dos estudiosos do Direito. Dessa forma, nossa Carta Magna estabelece, em seu artigo 98, o seguinte:

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:
I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumariíssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau; (BRASIL, 1988).

Os Juizados Especiais Criminais foram instituídos pela Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, e representam instâncias judiciais encarregadas de resolver questões relacionadas à conciliação, julgamento e execução de infrações penais de menor potencial ofensivo. Para os propósitos dessa legislação, essas infrações englobam as contravenções penais e os crimes que possuam uma pena máxima de até 2 (dois) anos, podendo ser cumulada ou não com multa. Esses órgãos da Justiça buscam lidar com os casos de maneira rápida, simples e informal, visando à reparação dos danos sofridos pela vítima, à realização da transação penal, à suspensão condicional do processo e, em último caso, à possível condenação, cuja sanção pode ser substituída por penas alternativas (Brasil, 1995).

Sendo assim, órgãos de suma importância criados com o objetivo de acelerar e concluir grande parte dos processos existentes no sistema criminal brasileiro.

2.1 Histórico até o surgimento

Até a década de 1990, no Brasil, não existia um procedimento que tratasse de maneira distinta os crimes de menor importância, aplicando-lhes regras diferentes das aplicadas aos outros delitos penais. Esses tipos de crimes eram processados e julgados da mesma forma que os crimes mais graves, sem diferenciação no procedimento ou em relação às possibilidades de punição. Essa lacuna resultava no descaso com os crimes considerados "menos importantes", em favor dos crimes mais sérios, levando frequentemente à prescrição dos delitos menores. Isso alimentava um sentimento de impunidade entre os cidadãos, que era reforçado pela persistência dessa situação, ou seja, pela falta de punição para os crimes de menor gravidade (Carvalho; Junior, 2015).

Antes da Lei 9.099/95 entrar em vigor, os crimes de menor gravidade que agora são cobertos por ela eram tratados através do rito sumário estabelecido pelo Código de Processo Penal. Apesar de algumas diferenças em relação ao procedimento comum, isso ainda resultava em um processo lento, complexo e sem oportunidades para conciliação antes do início da ação penal.

Para contextualizar e mostrar o paralelo da situação da sociedade, com a época do surgimento da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, Pinto (2008) traz:

Boaventura de Sousa Santos desenvolveu um excelente trabalho sobre favelas do Rio de Janeiro, no qual mostra o direito paralelo ou paraestatal que os habitantes dessa comunidade criaram, a fim de se protegerem da burguesia urbana que mora em torno das favelas. Pasárgada foi um nome genérico dado a essas favelas ou a uma delas, dependendo do que ele deseja dizer. A experiência em Pasárgada revela que o início da organização comunitária teve por objetivo dar condições de habitabilidade aos moradores da favela. A burguesia pressionava o Estado para esse remove-se as favelas para bairros marginais da cidade. Os habitantes das favelas passaram a se mobilizar no sentido de fortalecer as estruturas coletivas, resultando em associações comunitárias. Essas associações de moradores transformaram-se aos poucos em fóruns jurídicos, sendo que muito do direito utilizado nesses fóruns é nulo ou ilegal, por tratar, por exemplo, sobre a posse de terrenos ilegalmente ocupados. A despeito disso, em Pasárgada, tal direito nulo ou ilegal é simplesmente direito, sem adjetivos. Por outro lado, o movimento de acesso à Justiça passou a ser uma preocupação mundial, em cada país a seu modo, de tornar o Poder Judiciário acessível aos menos favorecidos economicamente, inclusive, estendendo-se fisicamente para os lugares onde os conflitos ocorrem. [...] Em uma linguagem bem simples, poder-se-ia definir os Juizados Especiais como pequenos tribunais, próximos à comunidade, com um processo simplificado, rápido, que dispensa o advogado (até 20 salários-mínimos, conforme o art. 9º caput), sem custas, exceto se houver recurso, e priorizando a conciliação como o melhor meio para solucionar os conflitos. (Pinto, 2008, p. 6-7).

Esse paralelo traz bem as necessidades da população e da justiça em que os juizados foram implementados, refletindo esforços para tornar o sistema jurídico mais acessível e

adaptado às necessidades reais da população. Essa criação de um "direito paralelo" revela a busca das comunidades por legitimidade e justiça, adaptando-se às suas realidades e necessidades específicas, sendo a justiça como um bem público que deve estar ao alcance de todos, especialmente dos mais vulneráveis.

Atualmente, os Juizados Especiais são vistos como instrumentos que auxiliam a justiça, trazendo inovações ao ordenamento jurídico para promover a celeridade nos processos, além de outros benefícios e atualizações. No entanto, é importante destacar que esses juizados possuem uma história, que abrange sua evolução ao longo do tempo até alcançar seu estado atual (Zacarias, 2020).

Diversos métodos foram desenvolvidos com o intuito de acelerar os procedimentos judiciais, destacando-se os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, os quais têm uma importância significativa na resolução de questões das pequenas causas e delitos de menor gravidade (Azevedo, 2001). Estes juizados foram estabelecidos com base nas disposições constitucionais e são regulamentados por Lei.

As disposições relacionadas aos (JECRIM) estão contempladas a partir do artigo 60, na lei dos Juizados Especiais, Lei 9.099/95, onde no artigo dispõe:

Art 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. (Redação dada pela Lei nº 11.313, de 2006).

As infrações penais tratadas na Lei estão definidas no art. 61, englobam tanto as contravenções penais quanto os crimes que possuam uma pena máxima de até 2 (dois) anos, podendo ser cumulada ou não com multa.

2.2 Fases do (JECRIM)

Os Juizados Especiais Criminais são compostos em seu caminho por três fases: a fase policial, que é uma fase que antecede a entrada do juizado, a fase preliminar ou conciliatória e a fase ou etapa do procedimento sumaríssimo. Isso é demonstrado conforme traz Oliveira, Rodrigues e Correia (2021):

Verifica-se que a constituição do Juizado Especial Criminal trouxe mudanças em diversos aspectos, tanto em relação à matéria, quanto em relação às formalidades. Quanto ao procedimento, é possível dividi-lo em três fases: policial, preliminar ou conciliatória e procedimento sumaríssimo. Além das inovações trazidas na fase policial e na fase judiciária, o Juizado Especial Criminal foi o responsável por trazer os institutos despenalizadores da composição civil do dano à vítima; suspensão

condicional do processo; não representação e transação penal. (Oliveira; Rodrigues; Correia, 2021, p.370).

Assim dentro desse viés, observa-se uma distribuição mais adequada para esse tipo de procedimento, sendo um tratamento mais adequado e justo dos crimes de menor potencial ofensivo, focando na eficiência e desburocratização.

2.2.1 Fase policial

A fase policial dos Juizados Especiais Criminais apresenta algumas particularidades em comparação com a do sistema judiciário convencional.

Quando as autoridades policiais, tanto civis quanto militares, tomam conhecimento de uma ocorrência que possa constituir uma infração penal de menor gravidade, elas elaboram o TCO (Termo Circunstanciado de Ocorrência) e o enviam imediatamente ao Juizado, acompanhado do acusado e da vítima. Além disso, são providenciadas as requisições para exames periciais necessários para a realização da audiência preliminar. Para aqueles que são conduzidos imediatamente ao Juizado após a elaboração do TCO ou que se comprometem a comparecer, não será aplicada prisão em flagrante nem será exigida fiança.

Mesmo que o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) seja caracterizado por um processo mais rápido e por formalidades menos rígidas em comparação com o Inquérito Policial, é fundamental que a autoridade policial mantenha diligência constante. A elaboração do TCO pode ser dispensada em determinadas situações, mesmo em casos de crimes de menor potencial ofensivo, conforme estabelece o artigo 77, § 2º da Lei 9.099/95: "Se a complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer ao Juiz o encaminhamento das peças existentes, na forma do parágrafo único do art. 66 desta Lei." Nessas circunstâncias, a elaboração do termo circunstanciado de ocorrência torna-se inviável devido à necessidade de diligências mais complexas, sendo, portanto, necessário instaurar o Inquérito Policial. Também existem situações de flagrante em que o autor se recusa a assinar o compromisso de comparecimento perante o Juizado Especial Criminal, exigindo assim a elaboração do Auto de Prisão em Flagrante, conforme disposto no artigo 304 do Código de Processo Penal. Após a autoridade policial finalizar a lavratura do TCO, este será encaminhado para o juízo competente com o autor do fato e a vítima, para que se dê prosseguimento ao rito, conforme determina o art. 69 da Lei 9.099/95. (Oliveira; Rodrigues e Correia, 2021).

Nessa fase, geralmente não ocorre oitiva da vítima, das testemunhas ou interrogatório, sendo registrados apenas um resumo dos fatos e a identificação dos envolvidos.

2.2.2 Fase preliminar

Já na fase preliminar do juizado está estipulado o termo circunstanciado, encontrado no artigo 69 da Lei 9.099/1995, onde diz: “A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.” (BRASIL, 1995). Ele funciona como uma forma simplificada de inquérito policial, documentando a investigação. Esta etapa é marcada pela audiência preliminar, onde se busca a conciliação entre as partes envolvidas, incluindo o autor do fato, a vítima e, eventualmente, seus representantes legais.

Algumas medidas são adotadas antes do início do procedimento sumaríssimo, ou seja, refere-se ao momento anterior à apresentação da denúncia ou queixa, podendo resultar na extinção do processo antes mesmo de sua instauração. Após o procedimento ser registrado e formalizado em um dos Juizados Criminais, é necessário obter os antecedentes criminais do autor do fato. Essa tarefa deve ser realizada preferencialmente por serventuário do cartório, habilitado perante a Secretaria de Segurança Pública, designando-se a audiência preliminar.

A audiência preliminar detém significativa importância, visto que é a primeira audiência que ocorre antes de qualquer procedimento oficial no processo. Conforme estipulado nos artigos 72 e 73 da Lei 9.099/95, a audiência é conduzida pelo Juiz ou por um conciliador designado por ele. Nesse momento, é essencial esclarecer a possibilidade de acordo para reparação dos danos e a aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Durante a audiência, são discutidas possíveis soluções para o conflito, como a composição civil do dano à vítima e a realização da transação penal. (Oliveira; Rodrigues e Correia, 2021).

Com isso caso não seja possível realizar imediatamente a audiência, será marcada uma data próxima, na qual tanto o autor quanto a vítima serão informados, conforme estipulado no art. 70 da Lei dos Juizados Especiais.

Visto que não haja viabilidade para a aplicação dos institutos despenalizadores desta fase, dá-se início ao rito sumaríssimo propriamente dito, com a apresentação da denúncia ou queixa-crime, seguida da designação da audiência de Instrução e Julgamento.

2.2.3 Fase do procedimento sumaríssimo

O procedimento sumaríssimo, que compreende uma das demais etapas do processo, nela está englobada características como a apresentação de defesa pelo acusado, a produção de provas e a prolação da sentença pelo juiz. Essa fase é marcada pela simplicidade e celeridade processual, características essenciais dos Juizados Especiais Criminais.

A fase judicial nos Juizados Especiais Criminais é chamada de Procedimento Comum Sumaríssimo e começa com a apresentação da peça acusatória. Na ação penal pública, o Ministério Público é responsável por apresentar a denúncia. Em ações privadas, cabe ao ofendido apresentar a queixa, que pode ser feita oralmente para cumprir o Princípio da Oralidade, conforme estabelecido pela legislação que rege os Juizados Especiais Criminais. (Santos; Viale, 2018)

Caso a transação penal não seja realizada, o Promotor de Justiça apresentará a denúncia imediatamente, ou solicitará um prazo para fazê-lo, exceto em situações de complexidade do caso ou impossibilidade de ajuizamento da ação penal, quando as peças serão encaminhadas à Justiça comum para seguir o procedimento previsto no Código de Processo Penal.

Após a apresentação da denúncia ou queixa, o juiz deverá marcar uma audiência de instrução e julgamento do processo. Esta audiência é extremamente importante para o procedimento, pois nela se concentram a maioria dos atos processuais do procedimento sumaríssimo, em conformidade com o Princípio da Concentração de Atos Processuais. (Santos; Viale, 2018)

Se a denúncia ou queixa for apresentada oralmente, serão registradas em um documento, cujas cópias serão entregues ao acusado, que será citado e informado sobre a audiência de instrução e julgamento, juntamente com o Ministério Público, a vítima, o responsável civil e seus advogados.

Idealmente, essas etapas devem ser realizadas logo após a apresentação da denúncia ou queixa, se a fase de conciliação não for bem-sucedida. No entanto, se o acusado não estiver presente na audiência preliminar, após a apresentação da denúncia e a designação da audiência de instrução e julgamento, ele será citado por mandado, sendo informado da necessidade de comparecer acompanhado por um advogado, com a advertência de que, em caso de ausência, um defensor público será nomeado para representá-lo.

3 INSTITUTOS DESPENALIZADORES

Distanciando-se da abordagem ainda predominantemente punitiva da sociedade brasileira, os institutos despenalizadores são vistos como meios alternativos aplicáveis antes da decisão definitiva de uma sentença condenatória. Esses recursos envolvem a reparação do dano causado à vítima, atuam como obstáculo à instauração do processo penal e resultam na extinção da punibilidade do autor do ato. Esses instrumentos visam atender aos interesses de ambas as partes, promovendo a conciliação e encerrando a persecução penal.

A economia processual e a celeridade podem ser observadas no fato de que se evita o inquérito policial. Através de acordos civis ou penais, busca-se evitar a formação de um processo formal, e as intimações devem ser feitas imediatamente. O procedimento sumaríssimo é reduzido a uma única audiência. (Pinheiro, 2013)

Os institutos despenalizadores trazidos pela Lei 9.099/95 foram: a composição civil do dano à vítima, a não representação, a transação penal e a suspensão condicional do processo. Segundo Oliveira, Rodrigues e Correia (2021, p. 374):

A aplicabilidade dos institutos despenalizadores é capaz de restaurar a ordem jurídica e a pacificação social de forma harmoniosa, sem que haja a necessidade de instauração de processo ou a aplicação de pena mediante sentença condenatória, acelerando a resposta estatal, que por meio do consenso põe fim a persecução penal, conforme poderá ser observado em cada procedimento nos institutos. (Oliveira; Rodrigues; Correia, 2021, p.374).

Assim, aos objetivos dos juizados especiais criminais, esse modelo de justiça rápida visa à conciliação ou transação, à reparação dos danos sofridos pela vítima, e à descarcerização mediante a aplicação de medidas despenalizadoras que têm como objetivo a extinção da punibilidade.

3.1 Composição civil dos danos

A composição civil dos danos refere-se à capacidade de incorporar as responsabilidades estabelecidas nos artigos 186, 187 e 927 do Código Civil de 2002 (CC/2002) ao âmbito do processo criminal. Pode ser entendida como a oportunidade de firmar um acordo entre o autor do ato e a vítima, ou seus representantes, no qual o autor se compromete, se aplicável, a compensar a vítima pelos danos causados. (Oliveira; Rodrigues e Correia, 2021).

Dessa forma, a correta elaboração do termo circunstanciado pela autoridade policial é crucial para agendar a audiência preliminar conforme estabelecido no artigo 72 da Lei, pois o termo circunstanciado já deve conter elementos que indiquem o crime alegado e o suposto autor, como previsto na Lei nº 9.099/95.

Art. 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade (BRASIL, 1995)

Percebe-se que a tentativa de composição dos danos deve ser realizada logo no início, durante a audiência preliminar, permitindo que as partes cheguem a um acordo. Os termos do acordo serão formalizados por escrito e, uma vez homologados pelo juiz, constituirão uma sentença sem possibilidade de recurso, passando a ser um título executivo que pode ser executado no juízo cível competente. Se o acordo ocorrer em uma ação penal privada ou condicionada à representação, a homologação resultará na renúncia ao direito de queixa ou representação, restando ao ofendido apenas a execução do título na esfera cível. Nos casos de ação penal pública, deve-se buscar a composição dos danos entre o acusado e a vítima. No entanto, se essa composição for bem-sucedida, isso não impedirá o prosseguimento do procedimento criminal; o Ministério Público ainda deve oferecer a proposta de transação penal, se os requisitos forem atendidos, ou apresentar a denúncia, conforme o caso. (Carvalho; Junior, 2015).

É evidente que esse instituto promove a reparação do dano causado pelo crime, beneficiando tanto a vítima quanto o autor do delito. Além disso, por estar alinhado com os princípios orientadores dos Juizados Especiais, não há impedimento para que as partes possam buscar uma conciliação em qualquer fase do processo penal. (Oliveira; Rodrigues e Correia, 2021).

A Lei dos Juizados Especiais estabeleceu uma abordagem bastante equilibrada nesse sentido. Em geral, a realização de um procedimento investigatório não é obrigatória, mas caso a complexidade do caso ou as circunstâncias envolvidas não permitam a imediata formulação da denúncia ou da queixa-crime, o método tradicional será adotado para garantir uma investigação completa da suposta infração penal.

3.1.2 Representação

A representação é um mecanismo aplicado às ações penais públicas condicionadas à representação e às ações penais privadas, tornando-se um requisito para a continuidade do processo.

Quando não é possível alcançar um acordo de composição civil dos danos durante a audiência preliminar, o artigo 75 da Lei 9.099/95 estipula que será concedida ao ofendido a oportunidade de apresentar uma representação verbal, a qual deve ser formalizada por meio de

um registro escrito. Embora o padrão seja expressar essa representação durante a audiência preliminar, não há impedimento para que o ofendido o faça em um momento posterior, desde que esteja dentro do prazo de 6 (seis) meses, conforme estabelecido no artigo 103 do Código Penal Brasileiro (CPB).

Salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 deste Código, do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia. (BRASIL, 1984).

Portanto, mesmo que a vítima esteja presente, não acarretará a perda do direito caso a queixa ou representação não seja imediatamente apresentada, pois estas podem ser exercidas dentro do prazo legal, a qualquer momento. Nesse cenário, a audiência preliminar deverá ser encerrada, já que a tentativa de transação penal não será viável sem a devida autorização do querelante (no caso da queixa) ou o cumprimento da condição para o exercício da ação penal (no caso da representação).

Contudo, a audiência continuará caso o ofendido exerça seu direito de representação ou queixa, conforme estipulado no artigo 76 da Lei 9.099/95. Quanto à ação penal de iniciativa privada e ação penal pública condicionada à representação, o Código Penal ou legislação penal específica define os casos de ação penal de iniciativa privada, na qual o ofendido é legitimado a agir como substituto processual, e de ação penal pública condicionada à representação (onde a representação é uma condição específica para o exercício do direito de ação). (Pinheiro, 2013).

Se a vítima abre mão do direito de representação, não é possível iniciar a ação penal, resultando na extinção da punibilidade. Isso tem efeito tanto no aspecto penal quanto no processual, uma vez que está contemplado na fase procedimental da legislação dos Juizados Especiais Criminais.

3.1.3 Transação penal

Na transação penal, tanto o Ministério Público quanto o acusado fazem concessões mútuas para evitar o início do processo judicial. O autor do fato renuncia aos seus direitos de ampla defesa e contraditório, considerando mais vantajoso não passar pelo processo. Em contrapartida, o Ministério Público desiste da perseguição penal em troca da aceitação, pelo acusado, da aplicação imediata de uma pena. Esse acordo envolve a aceitação de algumas condições estipuladas, as quais podem incluir o cumprimento de medidas educativas, a prestação de serviços à comunidade, a reparação do dano causado à vítima, entre outras.

Importante ressaltar que esse acordo é realizado antes do início do processo judicial, representando uma via de desjudicialização e agilização da resposta estatal. (Carvalho; Junior, 2015).

O uso da transação penal é estabelecido no artigo 76 da Lei 9.099/95, que indica sua aplicação em ações penais públicas. Embora esse artigo não mencione explicitamente a aplicabilidade da transação penal em ações penais privadas, a interpretação predominante atual permite que o autor do delito tenha acesso a esse direito independentemente do tipo de ação.

Para que a transação seja válida, é necessário que ocorra em audiência, na presença do Promotor de Justiça, que apresenta a proposta, do Juiz, que supervisiona o processo, e do autor do delito e seu advogado, que podem concordar com o acordo. Todo o processo deve ser formalizado de acordo com o devido processo legal, garantindo os direitos fundamentais do cidadão. É proibido usar artifícios ou truques para enganar o acusado sobre os efeitos da transação. Em relação aos efeitos da transação penal, eles têm natureza penal e processual penal, pois, uma vez cumprida a obrigação atribuída ao autor do delito, como por exemplo, pagar cestas básicas a uma instituição de caridade, a punibilidade é extinta (Pinheiro, 2013)

Assim, o autor do fato pode se beneficiar desse instrumento, independentemente do tipo de ação penal. A transação penal, ao permitir uma solução consensual, visa não apenas punir o infrator, mas também buscar a reparação dos danos causados e a reintegração do autor à sociedade de maneira mais célere e eficaz. Ela reflete a busca por uma justiça mais restaurativa e pragmática, alinhada aos princípios dos Juizados Especiais Criminais.

3.1.4 Suspensão Condicional do Processo

A suspensão condicional do processo, também conhecida como *sursis processual*, é uma alternativa despenalizadora oferecida durante a apresentação da denúncia. Essa medida é aplicável em casos de crimes ou contravenções penais em que a pena mínima prevista seja igual ou inferior a um ano, independentemente de estarem abrangidos pela Lei 9.099/95. Essa medida implica na suspensão do processo por um período de prova, que pode variar de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que cumpridas determinadas condições, conforme estipulado pelo artigo 89 da Lei dos Juizados Especiais Criminais. (Brasil, 1995).

Segundo Pinheiro (2013, p. 18):

Quanto à natureza jurídica da suspensão condicional do processo, em síntese, é o *Nolo Contendere*, que é uma forma de defesa em que o autor do fato não discute a imputação, mas não admite a sua culpa nem declara a sua inocência. A diferenciação existente no direito norte-americano entre o *Guilty Plea* e o *Nolo Contendere* está nos efeitos civis da resposta do acusado: No primeiro, o acusado assume culpa, derivando

efeito civil, no que tange à indenização. Ao passo, que no segundo a indenização será discutida. (Pinheiro, 2013, p. 18).

Por ser uma medida de natureza consensual, a suspensão condicional do processo só pode ser aplicada se houver aceitação por parte do acusado e de seu defensor. Posteriormente, ela deve ser submetida à apreciação do juiz, que, ao receber a denúncia, terá a prerrogativa de suspender o processo.

Caso os requisitos legais estejam presentes, o juiz pode decidir suspender o processo e submeter o acusado a um período de prova, conforme (art. 89, § 1º). Esse período de prova tem a duração de dois a quatro anos, durante os quais o processo ficará suspenso. Durante esse período, o acusado que aceitar a suspensão deve cumprir certas condições, tais como: a) reparar o dano, a menos que seja impossível fazê-lo; b) não frequentar determinados lugares; c) não se ausentar da cidade onde reside sem autorização do juiz; e d) comparecer ao tribunal mensalmente para informar e justificar suas atividades. (Pinheiro, 2013).

A finalidade dessa suspensão é proporcionar uma alternativa ao processo penal tradicional, oferecendo uma oportunidade para o acusado demonstrar bom comportamento e, eventualmente, extinguir a punibilidade. Essa abordagem busca reduzir a carga do sistema judicial, promover a reparação do dano e permitir que o acusado evite uma condenação, desde que cumpra as condições estabelecidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Juizados Especiais Criminais representam um marco significativo na abordagem dos delitos de menor potencial ofensivo no sistema de justiça criminal brasileiro. Ao longo deste artigo, exploramos o surgimento e a evolução desses Juizados, destacando seu impacto no acesso à justiça, na celeridade processual e na busca por uma justiça restaurativa.

O surgimento dos Juizados Especiais Criminais, como parte de uma reforma abrangente do sistema jurídico do Brasil foi uma resposta às crescentes demandas por uma justiça mais eficaz e eficiente, especialmente em casos de menor gravidade. A simplificação dos procedimentos, as audiências informais e a busca por resoluções rápidas têm contribuído para a celeridade processual, beneficiando aqueles que buscam justiça.

Diante da análise realizada ao longo deste estudo, é possível ratificar a hipótese inicialmente apresentada, que mostra o impacto significativo dos Juizados Especiais Criminais no sistema de justiça criminal brasileiro, que cumpre com oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, para benefício da sociedade.

Os resultados obtidos evidenciaram que esses órgãos judiciais, com sua proposta inovadora e transformadora no tratamento de delitos de menor potencial ofensivo, de fato promovem maior acesso à justiça, celeridade processual e redução da burocracia. Ademais, a evolução dos Juizados ao longo do tempo foi observada como influenciadora positiva das práticas de resolução de conflitos no âmbito penal atual, corroborando a busca por uma justiça mais eficaz, acessível. Assim, os Juizados Especiais Criminais se destacam como um modelo relevante, informal e célere dentro do sistema de justiça criminal brasileiro, representando uma abordagem que visa atender às demandas da sociedade de forma mais equitativa.

Em resposta a problemática apresentada inicialmente no presente artigo, foram obtidas respostas significativas para uma melhor consciência dos objetivos e princípios dos Juizados, assim feito um direcionamento fácil e com clareza de suas atribuições.

Além disso, a ênfase aos institutos despenalizadores adotada pelos Juizados Especiais Criminais representa uma mudança fundamental na abordagem da resolução de conflitos. A imposição de penas alternativas à prisão e medidas reparatórias promove não apenas a responsabilização do infrator, mas também a restauração das relações entre as partes envolvidas. Essa abordagem pode levar à redução da reincidência e ao fortalecimento da coesão social.

Contudo, apesar de toda mobilização por partes dos Juizados e da lei, para obter uma resolução de conflitos eficaz, objetivando desafogar as crescentes demandas judiciais, faz-se necessário uma evolução constante para acompanhar o ritmo do crescimento e evolução da sociedade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, R. G. de .. (2001). Juizados especiais criminais: uma abordagem sociológica sobre a informalização da justiça penal no Brasil. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, 16(47), 97–110. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000300006>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.099** de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 22. abr. 2024.

CARVALHO, G.J.B.; JUNIOR, J.M.A. Os Juizados Especiais Criminais e a Transação Penal: a desnecessidade da pena privativa de liberdade. **Revista de formas consensuais de solução**

de conflitos, Minas Gerais, v.1, n. 2, p. 177-194, 2015. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistasolucoesconflitos/article/download/443/444>. Acesso em: 23 abr. 2024.

DE OLIVEIRA, Patrícia dos Santos; RODRIGUES, Deivison de Castro; CORREIA, Italo Schelive. O JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL E A EFICÁCIA DOS INSTITUTOS DESPENALIZADORES EM PROL DA CÉLERE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. **Revista Vertentes do Direito**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 363–391, 2021. DOI: 10.20873/uft.2359-0106.2021.v8n1.p363-391. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/10336>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PINHEIRO, R.A.G. **As medidas despenalizadoras dos juizados especiais criminais**, 2023. Disponível em: http://https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2013/trabalhos_12013/RobertaAzzamGadelhaPinheiro.pdf. Acesso em: 22. abr. 2024.

PINTO, Oriana Piske de Azevedo Magalhães. **Abordagem histórica e jurídica dos Juizados de Pequenas Causas aos atuais Juizados Especiais Cíveis e Criminais brasileiros**.

Associação dos Magistrados Brasileiros, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <

http://www.amb.com.br/index.asp?secao=artigo_detalhe&art_id=1033 >.

. Acesso em: 21 abr. 2024.

SANTOS, L.A.P.; VIALI F.C.A. O Procedimento Sumaríssimo nos Juizados Especiais Criminais e a efetividade do princípio da Celeridade Processual. **Revista científica semana acadêmica**, Minas Gerais, 2018. Disponível em:

https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/o_procedimento_sumarissimo_nos_juizados_especiais_criminais_e_a_efetividade_do_principio_da_celeridade_processual.pdf.

Acesso em: 24 abr. 2024.